

MARCAS DA INOVAÇÃO  
DO TERRITÓRIO  
VOL. I

*Conselho Editorial*  
*Série Letra Capital Acadêmica*

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)  
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)  
Claudio Cezar Henriques (UERJ)  
João Luiz Pereira Domingues (UFF)  
João Medeiros Filho (UCL)  
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)  
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)  
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)  
Michela Rosa di Candia (UFRJ)  
Olavo Luppi Silva (UFABC)  
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)  
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)  
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)  
Robert Segal (UFRJ)  
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)  
Sandro Ornellas (UFBA)  
Sergio Azevedo (UENF)  
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Tamara Tania Cohen Egler  
Lalita Kraus  
Aldenilson Vitorino Costa  
*Organizadores*

MARCAS DA INOVAÇÃO  
NO TERRITÓRIO  
VOL. I

LETRAPITAL

Copyright © Tamara Egler, Lalita Kraus  
e Aldenilson Costa (Orgs.), 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os  
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITORES Tamara Tania Cohen Egler  
João Baptista Pinto

CAPA Tianá Farias

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Ana Clara Moita

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

M262

Marcas da Inovação no Território, Vol. I / organização Tamara Tania Cohen Egler,  
Lalita Kraus, Aldenilson Vitorino Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2020.  
194 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-87594-73-6

1. Territorialidade humana. 2. Comunicação de massa - Aspectos sociais. 3. Comunicação  
de massa - Aspectos políticos. 4. Comunicação de massa e opinião pública. I. Egler, Tamara  
Tania Cohen. II. Kraus, Lalita. III. Costa, Aldenilson Vitorino.

21-69071

CDD: 302.23

CDU: 316.77

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA  
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781  
*letracapital@letracapital.com.br*

# Sumário

Apresentação.....	7
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Lalita Kraus</i>	
<i>Aldenilson Vitorino Costa</i>	
<b>Eixo 1 - Tecnopolítica e mobilização em rede.....</b>	<b>21</b>
Coletividade e conectividade nos modos de organização .....	23
<i>Marcelo Castañeda</i>	
Ódio na rede do Gabinete .....	38
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Rafael Barbosa</i>	
<i>Fake news: educação e alfabetização midiática como alternativas para o enfrentamento à desinformação .....</i>	<i>52</i>
<i>Rita Gonçalo</i>	
Políticas de comunicação comunitária diante de processos de legitimação social por parte de grupos de mídia tradicionais no Brasil .....	71
<i>Adilson Vaz Cabral Filho</i>	
<i>Eula Dantas Taveira Cabral</i>	
A polarização identitária e a pulverização programática no Brasil .....	86
<i>Maria Alice Nunes Costa</i>	
<b>Eixo 2 - Inovação, subjetivação e democracia .....</b>	<b>113</b>
Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais .....	115
<i>Jair de Souza Ramos</i>	

Rotas de fuga entre restos de um mundo sonhado .....	143
<i>Reginaldo Luiz Cardoso</i>	
Educação e democracia em tempos de desinformação .....	165
<i>Alexandre Brasil Fonseca</i>	
Formação de professores para a prática pedagógica com a integração crítica das mídias.....	178
<i>Vânia Amélia Miranda Koerich</i>	
Lista de autores .....	186

# Apresentação

*Tamara Tania Cohen Egler*

*Lalita Kraus*

*Aldenilson Vitorino Costa*

O título do livro informa o nosso desígnio de produzir um espaço de interlocução entre as ciências exatas e humanas para examinar as marcas, tangíveis e intangíveis, da inovação no território. Ele é produto de dois desafios que podemos ler nos dois eixos que o compõem, um primeiro que tem por objetivo examinar as relações políticas e sociais que transformam o território, e que podemos ler na apresentação do volume 1 à seguir, e um segundo que tem por objetivo examinar como a inovação se plasma e transforma o território, seus resultados analíticos estão apresentadas no volume 2.

A revolução digital possibilitou incrementar a penetrabilidade e influência das TICs na sociedade. Todas as atividades humanas se tornam cada vez mais mediadas por computadores, fazendo assim com que cada atividade gere e registre uma enorme quantidade de dados. Esses são gerados a partir, por exemplo, de todas as transações mediadas por computador e toda atividade que realizamos *online*. Estudos indicam que foram produzidos mais dados nos últimos 20 anos do que ao longo de toda a história.

Surge uma questão importante: como lidar com esses dados? Que tipo de método e metodologias adotar para a sua análise?

Estamos enfrentando um grande desafio imposto pela quantidade de dados existentes e pelo conhecimento técnico-científico necessário para a sua análise. A importância dos dados, incluindo o *big data*, se manifesta não apenas na sua existência, mas na capacidade de realizar análises que resultem em avanços nos campos científico e social.

É preciso considerar como os dois eixos propostos estão umbilicalmente ligados aos sistemas de banco de dados. Quer dizer, o processo de transformação da inovação está associado a duas dimensões, uma primeira que podemos ler nas relações intangíveis políticas e humanas, e uma segunda, na sua dimensão tangível, na materialidade do território.

Nos primórdios da década de 1990, a invenção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) emergiu com seu potencial de inovação, a literatura sobre o tema não se cansou de observar suas potencialidades na transformação do espaço e das relações sociais. Não foram poucos os estudos que apontavam esse lugar para o avanço do bem-estar social. Entretanto, nos últimos anos temos assistido à sua utilização, principalmente em eleições, para estratégias de ação autoritárias que estão colocando em perigo a democracia no Brasil, e – por que não dizer? – no mundo.

As plataformas de comunicação digital – como WhatsApp, Facebook, Twitter – ampliam os sujeitos da enunciação e permitem uma comunicação de todos para todos. A partir da popularização do *smartphone*, muitas das ações da vida cotidiana são agora tecnicamente mediadas, através de complexos sistemas de comunicação e informação, que interligam fortemente a tecnologia e as práticas sociais (KALLINIKOS, 2011). De acordo com o *Manual de Oslo* (OCDE, 1997), a inovação abrange diferentes dimensões, diz respeito à introdução, melhoramento, invenção ou desenvolvimento de novas práticas de interação social, estratégias políticas, produtos, tecnologias, processos de negócios. Por isso, esse livro defende ser fundamental uma análise que examine os efeitos da inovação sobre o exercício da política, das práticas sociais e seus resultados sobre a transformação do território.

Não menos importantes é a inovação dada pelas redes tecnológicas. Sabemos como a invenção das possibilidades de formar coletivos pela mediação de tecnologia amplia as possibilidades de ação política, e por essa razão a proposta foca em diferentes redes, quer seja pela dominação, quer seja pela sua libertação. Como, por exemplo, redes de manipulação, como é o caso da Rede Bolsonaro ou de educação e de cultura, onde podemos citar o Coletivo Papo Reto. Esse é o problema que move o nosso trabalho e nos de-

safia a dividir o objeto do conhecimento do presente livro, em dois eixos: um primeiro para examinar as relações entre inovação e política, e um segundo eixo para examinar as relações entre inovação e território.

O desafio proposto é levar adiante a tarefa de perceber caminhos alternativos de ação dos governos, das instituições e da sociedade para a formulação e a implementação de políticas públicas, e seus resultados para o bem ou mal-estar. A proposta analítica é examinar a complexidade relacional entre as pessoas e os grupos sociais aos quais pertencem. Isso significa que devemos analisar suas múltiplas dimensões, quer seja relacional, quer sejam instrumentais materiais. Entendemos o território como produto de uma ação complexa de produção contínua, o que exige, para sua análise, a compreensão de toda ação pública e privada, em sua complexidade material e imaterial, tangível e intangível, vital e virtual, nas condições de criação das circunstâncias de existência social no espaço.

Os fatos da política conduzem à análise para o exame dos processos associados às eleições no Brasil. A pergunta está associada à organização da rede tecnopolítica responsável pela difusão de *fake news* em favor do governo Bolsonaro. Isso é feito para examinar os atores associados à rede, os processos e sentidos da comunicação, tendo por objetivo representar a estrutura da rede e seu sistema de circulação da informação, bem como os significados de comunicação. O que permite observar a circulação e a apropriação da informação no ciberespaço. Não menos importante é a difusão de um discurso *fake*, que tem por objetivo a produção de uma realidade inexistente, sua ampla difusão por mediação da rede tecnopolítica, que conduz para a produção de uma subjetividade coletiva ficcional. Para examinar a inovação na política, o foco está nos processos de manipulação da informação. A informação é um pilar fundamental de qualquer sistema democrático, sendo determinante para que o cidadão seja capaz de formar suas opiniões e preferências, ao mesmo tempo em que possibilita e determina a formação da opinião pública (SCHEUFELE e KRAUSE, 2018). Assim, a informação oferece os meios cognitivos através dos quais percebemos e compreendemos a realidade. O descolamento entre o que existe e o que se representa produz uma ruptura entre o

real e o simbólico, conduz para a angústia, e esta, para a violência (FREUD, 2011).

As eleições brasileiras de 2018 são um claro exemplo do uso e dos efeitos do fenômeno da difusão computacional. As suas dinâmicas internas envolvem o uso de estratégias de “artificialização” e de manipulação do debate, através do uso de banco de dados, de *trolls*, *bots*, algoritmos e a produção maciça de informações distorcidas ou falsas (WOLLEY e HOWARD, 2016). Trata-se de uma propaganda veiculada nos espaços digitais que, por um lado, possui dinâmicas operacionais próprias e, por outro lado, é provocada por arranjos institucionais específicos. Nesse contexto, as *fake news* surgem dentro de um contexto de disputa política e funcionam como uma “arma” na guerra de informação. Antídotos para a “infodemia” deveriam, portanto, entre outros fatores, apostar no desenvolvimento da capacidade cidadã de uso crítico dos recursos da Internet para resguardar a capacidade dos indivíduos de agirem e fazerem as suas escolhas livremente e proteger, assim, o espaço democrático de debate público.

Ao mesmo tempo, se reconhecem possibilidades de formar redes tecnopolíticas que lutam pela resistência na esfera da política, cultura e educação. É quando assistimos ao papel da comunicação nos processos de resistência popular e nas redes de movimentos sociais. As redes, com suas plataformas de ação e conexão, representam a manifestação do poder hegemônico e, ao mesmo tempo, podem representar a forma de expressão e de ação de um contrapoder (CASTELLS, 1999; URBINA, 2019).

Estamos assistindo ao enfraquecimento da democracia em nível global e ao fortalecimento de plataformas globais como Google Alphabet, Facebook e Amazon, que impõem modelos de negócios que são alimentados pela extração indevida de dados e pela vigilância constante, ao mesmo tempo em que usufruem de complexos sistemas de propaganda que capturam a nossa atenção e direcionam um conteúdo algorítmicamente determinado (MOROZOV, 2018). É aqui que se manifestam os efeitos de uma nova sociabilidade em rede que define novos mecanismos de subjetivação. A forma como a sociabilidade em rede está estruturada é determinante para o processo de subjetivação e de identificação, já que, cada vez mais, a fron-

teira entre o público e o privado tem passado por um processo de apagamento. Assim, a sociabilidade impulsionada nas redes sociais é baseada na hipervisibilidade do sujeito, que é traduzido e transformado em dados por uma lógica algorítmica invisível.

Dessa forma, as plataformas digitais são a forma e a manifestação mais sofisticada do sistema de produção e acumulação neoliberal contemporânea, apresentam cada vez mais limites para a afirmação de um projeto político contra hegemônico. A lógica algorítmica, que movimenta essas plataformas, filtra e cria bolhas que se contrapõem ao princípio de coletividade, gerando um individualismo em rede e uma homogeneização das comunidades.

De todo modo, é no plano da imanência que se constitui o terreno onde é possível formular e desenvolver novas relações políticas. Nesse sentido, a ação coletiva das redes dos cotidianos, mediada por organizações híbridas, pode reverter o poder instituído. Trata-se de forças imanentes, construtivas e criadoras que se expressam numa micropolítica, ou seja, uma prática política fundada na autonomia e na cooperação, mais do que na representatividade, assim como na expressão das diferenças, mais do que na homogeneização dos interesses, e na participação, mais do que na mera expressão do voto (CASTELLS, 1999).

É preciso examinar os processos sociais que derivam da inovação, isto é, em nome de quem e para quem as redes sociais transformam os processos de produção e apropriação do território. É nossa responsabilidade examinar os resultados advindos com a inovação sobre as relações políticas no território e as práticas na existência social. Para tanto é investigado o bem e/ou mal que elas produzem, dada uma sociedade que está cada vez mais tecnológica.

No contexto da sociedade da informação e comunicação, transformam-se as relações espaço-temporais, definem-se formas alternativas de interação social e impõe-se uma revolução na concepção de instituições de pesquisa e de política pública. No contexto de um novo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) as barreiras físico-espaciais são superadas e a instantaneidade na relação de comunicação humana é mantida.

A política pública é uma ação que transforma a sociedade, quer seja para o desenvolvimento quer seja para o retrocesso. Ao passo

que a inovação constitui uma possibilidade que permite a agregação de valor na invenção de formas alternativas para a liberdade e criatividade na ação. Sendo possível repensar as políticas em diferentes direções, tanto no que se refere à tarefa de ampliar as condições de liberdade e autonomia, quanto no que se refere ao ampliado do autoritarismo e às relações de dominação.

A reinvenção da comunicação social exige uma revolução nas instituições do conhecimento. O ponto de partida é também um ponto de chegada de estratégias de políticas públicas, nascidas na vida acadêmica e focadas nas condições reais de existência social na cidade. Nossa experiência de trabalho em rede de pesquisa – que se realizou por meio de práticas que conformam agora um corpo específico de saberes dos efeitos da inovação sobre o território – nos habilita a apresentar os resultados alcançados com a pesquisa desenvolvida no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento Urbano<sup>1</sup> que reúne numa mesma totalidade laboratórios de pesquisa de diferentes universidades. Sua integração resulta de uma forma de pensar, de ser e de agir compartilhada, em torno do campo que analisa as relações que se estabelecem entre inovação, política e território. Para dar conta dessa complexidade, o seminário que deu origem ao presente livro, reuniu um grupo de pesquisadores na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade exigida pelo campo, a seguir apresentamos seus resultados.

No artigo capítulo “Coletividade e conectividade nos modos de organização”, Marcelo Castañeda examina as duas dimensões da interação social lidas nas relações locais e na comunicação digital e que formam uma totalidade híbrida. Sua análise identifica duas práticas políticas que resultam da mediação da inovação tecnológica: uma primeira examina as relações transcendentais de dominação, e uma segunda foca nas relações imanentes de resistência social. Os atores, conhecidos como Gafas – que se formam pelo Google Facebook, Amazon, Apple –, detêm o real poder de tecer plataformas que conectam diferentes redes hegemônicas. Controlam os fluxos de informação pelo mundo e os dados pessoais de parte da humani-

---

<sup>1</sup> Aprovado na concorrência do Edital INCT do CNPq/Faperj em 2016,

dade. O que veio para permitir a emergência de redes de extrema direita, que ampliaram suas raízes pelo mundo, inclusive no Brasil.

Para examinar os limites e possibilidades das tecnologias da Internet e seus resultados sobre o bem comum, o autor revela a resistência social que pode ser lida nas manifestações de junho de 2013 e ao mesmo tempo apresenta outras experiências de organização em rede, como, por exemplo o Coletivo Papo Reto, o jornal *Voz das Comunidades*, o Coletivo Fala Akari. Aponta ainda os movimentos de ocupação das escolas pelos secundaristas, além de sublinhar a importância do movimento das mulheres “#elenão”. O autor demonstra como se inaugura uma nova estratégia ao trazer junto do coletivo a marca da conectividade.

A argumentação revela o esgotamento de formas de organização em partidos políticos, movimentos sociais, para analisar a capacidade de ação das redes híbridas. Atento às condições que permitem a ascensão da direita no mundo, o autor propõe a criação de novas sociabilidades em rede e sua necessária interconexão com as ruas, para o restabelecimento e reconstituição da esfera pública, o que exige uma renovação epistemológica tendo em vista a coletividade e conectividade na ação política.

A contribuição de Tamara Tania Cohen Egler e Rafael Barbosa vem descrita no capítulo “Ódio na rede do gabinete”, cujo objetivo é identificar os atores da tecnopolítica, representar a estrutura e o sistema de circulação da informação e analisar seus significados nos atos de comunicação. Para tanto, examina a divisão do trabalho para a produção e difusão de *fake news*; são três grupos de atores, a saber: influenciadores, produtores de conteúdo, difusores. Os influenciadores podem ser lidos como os ideólogos, responsáveis por propor a narrativa de valorização do campo conservador bolsonarista; os produtores de conteúdo podem ser identificados nas mídias, mídias digitais, e são responsáveis pela produção de conteúdo digital; os difusores produzem a ampla circulação da informação. Com esses dados na mão representa-se a rede do *gabinete do ódio*, que faz a ampla difusão das narrativas de valorização da política bolsonarista.

Para fazer a análise das *fake news*, os autores apresentam os processos de manipulação da realidade, como: programas de informática que produzem representações simbólicas fictícias; a utilização

de robôs que ampliam rizomaticamente a difusão de mensagens; os discursos do presidente, que criam uma confiabilidade nas pessoas que passam a agir a exemplo do seu líder; e a utilização de algoritmos que permitem a identificação de eleitores, suas crenças e desejos. A análise revela como essa rede tecnopolítica de *fake news* forja discussões artificiais, sufoca narrativa opositora, produz um pensamento autoritário para formar um exército de homens treinados para práticas de violência. A rede tem por objetivo eleger e manter o controle do poder político e produzir uma revolução digital de direita no Brasil, quando permite transformar a realidade e arruinar a democracia, uma devastação da dignidade humana, que deve ser considerado crime contra a humanidade.

Para apresentar uma proposta que tenha por objetivo criar barreiras para a disseminação de *fake news*, Rita Gonçalo participa deste debate com o capítulo “*Fake news*: educação e alfabetização midiática como alternativas para o enfrentamento à desinformação”. O primeiro passo apresenta na história a existência do conceito de *fake news* para demonstrar como o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) amplia sua difusão e capilaridade no tecido social. Ao mesmo tempo analisa as razões que permitem a permeabilidade dessas crenças. A pergunta central de sua questão pode ser enunciada: por que há tantas pessoas que acreditam em inverdades e compartilham *fake news*? Para responder a sua interrogação faz uma ampla revisão da literatura. O que lhe permite revelar o ecossistema de desinformação e seus agentes, composto pela presença de BOTs e pela vulnerabilidade presente em nossas subjetividades, que são exploradas por aqueles que criam notícias falsas.

Para fazer frente a essa cultura *fake*, a autora propõe uma educação digital e a superação da precariedade do nosso sistema educacional, capaz de responsabilizar os internautas para reduzir o compartilhamento de notícias falsas. Elenca um conjunto de leis do ordenamento jurídico brasileiro que podem coibir as infrações relacionadas ao processo e, ao mesmo tempo, propõe um conjunto de estratégias que podem ser acionadas pelo TSE, para combater a desinformação. E reconhece a importância da alfabetização digital para capacitar os cidadãos a criar conteúdo em defesa da democracia.

O capítulo de Adilson Vaz Cabral Filho e Eula Dantas Taveira Cabral – “Políticas de comunicação comunitária diante de processos de legitimação social por parte de grupos de mídia tradicionais no Brasil” – reconhece no Estado e no Mercado os agentes que formam entraves ao fortalecimento da comunicação popular. Isso para levar a público como os desafios estão além da radiodifusão propriamente dita, e afirmar como é a comunicação hegemônica que detém o poder político que impede a entrada de pequenas emissoras. O estudo se desenvolve para propor políticas públicas para a democratização da comunicação, pela revisão da legislação de rádios comunitárias, participação social nos canais públicos de comunicação e formação de Conselhos de Comunicação Social nos níveis nacional, estaduais e municipal.

Sua linha demonstrativa percorre os grupos hegemônicos, para descobrir os processos de investimento no jornalismo local; ao mesmo tempo em que apresenta os diferentes programas de educação desenvolvidos, identifica causas sociais, ambientais e culturais ligadas ao exercício da cidadania que corroboram para sua afirmação e legitimidade. Observa o processo em curso de concentração dos capitais mediáticos, que tendem a ficar com poucos grupos, apesar de estar proibido pela legislação. Faz um percurso nas políticas de governo que são agendadas na maioria das vezes pelas mídias corporativas, onde as pequenas emissoras não encontram espaço para veicular as informações associadas a sua própria realidade e cultura.

O essencial da demonstração apresenta o contexto em que cada vez mais as pessoas dispõem de ferramentas que lhes permitem a reponsabilidade de serem autores e distribuidores de conteúdo, mas não contam com a oportunidade de gerir seus próprios veículos no que tange ao espaço eletromagnético. O coração da proposta está associado à necessidade de se reconhecer a importância de um setor não estatal e não privado na composição de seus sistemas de comunicação. Para tanto, propõe um modelo analítico, não estatal e não privado, uma forma diferente de organização associativa a partir de uma determinada parcela da sociedade, mas dotada de princípios e atribuições equivalente às instituições públicas, para nos contemplar com processo e procedimentos necessários para o fortalecimento

do setor e para alcançar a democratização do sistema de comunicação no Brasil.

No capítulo “A polarização identitária e pulverização programática no Brasil”, Maria Alice Nunes Costa faz uma análise que associa as “bolhas” identitárias com os programas de políticas públicas produzidas recentemente no Brasil. Para analisar o conflito resultante da formação de duas “bolhas”, que tomou conta da sociedade brasileira, examina a energia pulsante da sociedade civil por mudanças na política. Para fazer sua demonstração, examina a relação entre ideologia e identidade para seguir na análise da pulverização dos programas de políticas públicas.

Seu ponto de partida enfoca o conceito de ideologia para reafirmar sua importância como um conjunto de ideias e valores compartilhados que permite formar uma identidade, que nos autoriza a pertencer a um determinado grupo social, favorecendo a associação entre ideologia e identidade. Essas identidades ideológicas se encontram sob o “panóptico digital”, na era dos dados algorítmicos e pelo fluxos discursivos do poder do capitalismo financeiro, gerando “bolhas” que produzem o conflito em sociedade. Mais claramente, é uma estratégia que busca a adesão de um maior número de pessoas para dar legitimidade ao sistema. Para isso se apropria de valores e ideologias latentes, mesmo daquelas que lhe são hostis. Essa polarização no Brasil tem tido um sentido quase fratricida, desde 2013, a partir de extremos ideológicos: a esquerda e a direita. Ambos os lados se trucidam e não chegam a lugar algum, o que enfraquece o diálogo na esfera pública. Para superar esse conflito, a autora propõe uma estratégia para unir as forças contrárias à nossa subalternização e que seja capaz de propor políticas públicas inovadoras que atendam às reivindicações de mudança nas práticas políticas, para caminhar no sentido da coesão e reconstrução do tecido social.

No capítulo “Subjetivação e poder no ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais”, Jair de Souza Ramos examina as complexas dinâmicas que envolvem a formação das subjetividades na Internet. A Internet representa uma nova fase na história de criação de espaços sociais por meio de redes. Esse espaço em rede é atualmente feito de informações e se constitui a partir de computadores que operam como terminais de

conexão e de circulação. Segundo o autor, a massificação do computador foi acompanhada de um processo de individualização em rede. A investigação se insere, assim, no campo de estudo que investiga os processos de subjetivação, focando no fenômeno da individualização que estaria ligado a desenvolvimentos tecnológicos, mas também a mudanças estruturais na reprodução capitalista.

O autor aborda a articulação entre agência humana e agência maquina nas redes sociotécnicas quando ressalta como objeto de estudo “o eu amarrado a pessoas e máquinas através das tecnologias e informação”. A subjetividade seria assim amarrada a redes por meio da circulação de informações e significados. O objeto da análise são os mecanismos de subjetivação ligados à dimensão da identificação e autoidentificação nas redes sociais, como Facebook. O autor ressalta que assistimos a um processo de convergência identitária já que o borramento das fronteiras entre os segmentos da rede é também um apagamento da separação entre *online* e *offline* e entre esfera pública e espaço privado. Assim, os padrões de sociabilidade construídos nas redes sociais operam uma convergência entre as múltiplas possibilidades identitárias e radicam as *personas* em um eu que tem rosto e registro contínuo de suas pegadas digitais por parte de uma estrutura de dominação invisível.

No capítulo “Rotas de fuga entre restos de um mundo sonhado”, Reginaldo Luiz Cardoso sugere uma reflexão acerca de um novo mal-estar e das derivas que afligem a sociedade contemporânea. O autor nos convida, retomando o pensamento de Fernando Pessoa, a refletir sobre o desalento, entendido como uma “aterradora sensação de vazio”, e o desamparo, onde “o sujeito vislumbra alternativas”. Para tanto, o texto sugere uma leitura da fotografia intitulada *O dilúvio, a fome e a meritocracia*, que retrata um *motoboy* do aplicativo Ifood no meio de uma enchente. A naturalização da destruição, como no caso de um desastre natural, esconde inúmeras questões relacionadas ao planejamento urbano e à espoliação urbana, ao mesmo tempo em que mostra a fragilidade das cidades.

Com essa fotografia estaríamos diante da “vida nua”, de uma paisagem fantasmagórica e desoladora. Essa mortificação mostra “uma sociedade derrotada – e, pior, desmoralizada”, que revelaria determinantes históricos que estão ligados à formação social brasi-

leira. Aqui estaria o desalento. Essa imagem só pode ser realmente compreendida mergulhando no processo de formação histórica do Brasil. Nesse processo histórico, a imagem representaria um movimento disruptivo e turbulento que possui a capacidade de dar visibilidade a mecanismos de dominação que normalmente não se veem ou não se quer ver. Segundo o autor, esses movimentos de turbulência geram atritos no sistema dominante, gerando um novo paradigma da fragmentação e do fim da totalidade das grandes narrativas. É aqui que podemos encontrar o desamparo.

Para pensar a inovação na educação nos tempos contemporâneos, Alexandre Brasil Fonseca propõe o capítulo “Educação e democracia em tempos de desinformação”. Informação e comunicação são componentes centrais da vida humana e o desenvolvimento de novos meios é um elemento constitutivo da história da sociedade. Atualmente estamos diante da poderosa ação de conglomerados econômicos que concentram o mercado dos meios de comunicação na Internet, ao mesmo tempo em que estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, a fase do populismo autoritário. O autor apresenta a lógica desse neoliberalismo autoritário que, devido ao poder, alcance e à velocidade da big data e à reestruturação do trabalho,, transforma a política e a sociedade contemporânea. Uma das expressões mais cruas dessa mudança é a forma como se produzem, divulgam e propagam informações falsas e distorcidas. O autor foca na análise do papel do Whatsapp no fenômeno da desinformação, já que o aplicativo se tornou mundialmente popular devido a um conjunto de características e fatores técnicos, sociais e econômicos.

No capítulo, é problematizada a adoção de uma estratégia de enfrentamento da desinformação que aposte no papel da educação e da escola apenas para garantir a formação acerca dos mecanismos básicos da desinformação. Segundo o autor, o desafio posto pelo fenômeno da desinformação é muito complexo e a simples literacia digital não seria suficiente para enfrentarmos tal complexidade. Ao contrário, a literacia seria um conceito mais amplo e abrangente que envolve também aprendizados relacionados à dimensão técnica da programação. Dessa forma, mais do que uma alfabetização digital, o processo deveria envolver uma formação voltada para a compre-

ensão tanto dos algoritmos como dos processos envolvidos na produção dos códigos de programação.

Vania Koerich propõe mais uma reflexão acerca do processo de inovação na educação com o capítulo “Formação de professores para a integração crítica das mídias na educação”. A transformação digital nas escolas pode representar uma oportunidade de crescimento, aprendizagem e mudanças para o futuro, embora envolva também um conjunto de desafios. Segundo a autora, a seleção e a adequação das mídias digitais aos propósitos e aos objetivos do trabalho docente são fundamentais. Nesse processo, é necessário reconhecer a centralidade do professor como agente transformador que seja capaz de adaptar e transformar as práticas de ensino para aproveitar as oportunidades disponibilizadas pelas ferramentas digitais. Isso envolve uma nova cultura docente de apropriação e de utilização de tais ferramentas na prática de ensino, para fazer, assim, que se efetive o pleno potencial para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Isso, entre outros fatores, poderia garantir um ensino digital autônomo e livre da ingerência das grandes plataformas.

O artigo apresenta e analisa resultados de uma pesquisa que acompanhou o processo formativo de professores durante a primeira experiência de integração de ferramentas e espaços virtuais em suas práticas de ensino, com o objetivo de identificar subsídios relevantes para qualquer proposta de formação docente futura. Como resultado, foi identificado que uma formação de professores voltada para a integração crítica das mídias na prática pedagógica deve considerar o desenvolvimento da postura de pesquisador e de aprendiz permanente. Esse é o elemento central para uma nova cultura docente digital.

## Referências

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KALLINIKOS, J. *Governing through technology: information artefacts and social practice*. Londres (UK): Palgrave MacMillan, p. 1-7, 2011.

MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

OCDE. *Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Rio de Janeiro: OCDE – Eurostat/FINEP, 1997.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHEUFELE, Dietram; KRAUSE, Nicole. Science audiences, misinformation, and fake news. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, [s.l.], v. 116, n. 16, p. 7.662-7.669, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/116/16/7662>. Acesso em: 3 nov. 2019.

URBINA, N. *Política de comunicação imanente na favela*. Tese de doutoramento defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

WOOLLEY, S. C.; HOWARD, P. N. Political Communication, Computational Propaganda and Autonomous Agents. *International Journal of Communication* 10, 4.882-489, 2016.

## EIXO 1

Tecnopolítica e mobilização em rede



# Coletividade e conectividade nos modos de organização

*Marcelo Castañeda*

## Introdução

Ação coletiva com o advento das plataformas digitais remete ao que Castells (2015) denominou como poder da comunicação em um prenúncio da configuração na segunda década do terceiro milênio: programação de redes por parte de quem tem o poder de criar redes tecendo plataformas de ações e conexão entre diferentes redes, constituindo nesse duplo movimento o cerne do poder em uma sociedade global em rede, que poderia sofrer a oposição de um contrapoder que lutaria pela reprogramação, em especial simbólica, das redes dominantes configuradas e, em alguns casos, por quebrar conexões entre as redes do poder emergente.

Passados pouco mais de dez anos do lançamento da obra de Castells (2015)<sup>1</sup>, e atravessando uma pandemia global somente comparada à Gripe Espanhola, podemos dizer que as reprogramações efetuadas e eventuais quebras de conexão nos levaram a um cenário que não remete à preconizada horizontalidade e proliferação das plataformas digitais ou mesmo à consolidação da democracia globalmente, mas sobretudo do enfraquecimento democrático e fortalecimento de corporações tecnológicas globais como Google (Alphabet), Facebook, Amazon, Apple e Microsoft, que se fizeram verdadeiros feudos fechados e estão entre as maiores empresas do mundo, controlando boa parte do fluxo de informações, em especial os dados pessoais de parte considerável

---

<sup>1</sup> A edição brasileira é de 2015, mas o original *Communication Power* foi lançado em 2009.